

Questões

1. No âmbito dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição da República, a casa é o asilo inviolável do indivíduo, não sendo permitido a ninguém nela penetrar, sem consentimento do morador, em caso de:

- A flagrante delito
- B prestação de socorro
- C determinação judicial, durante o dia
- D requisição administrativa

2. A Constituição da República, em seu art. 5º, dispõe acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos. Entre esses direitos, firma o texto constitucional o princípio do acesso ao Poder Judiciário, segundo o qual não se pode excluir da apreciação judicial qualquer lesão ou ameaça de direito. Acerca desse princípio, é correto afirmar que:

- A pode ser condicionado ao prévio esgotamento da instância administrativa.
- B pode ser limitado por lei.
- C pode estar condicionado à impetração de recurso, com efeito suspensivo, na via administrativa.
- D assegura o direito de pleitear prestação jurisdicional sempre que algum direito for lesado ou ameaçado.

3. A prisão preventiva:

- A não pode ser decretada na fase do inquérito policial.
- B pode ser decretada pelo Ministério Público.
- C não pode ser decretada por conveniência da instrução criminal.
- D pode ser decretada como garantia da ordem econômica.

4. Sobre os Direitos Sociais, é INCORRETO afirmar que:

- A o 13º salário será calculado com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- B as férias anuais serão remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- C é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- D é proibida qualquer discriminação entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

5. Sobre os partidos e os direitos políticos previstos na Constituição, assinale a alternativa correta:

- A A inelegibilidade de cônjuge e parentes de ocupante do cargo de prefeito não alcança a figura do companheiro decorrente de união homossexual estável em razão de ausência de previsão constitucional;
  - B Os analfabetos são inalistáveis e inelegíveis;
  - C Os partidos políticos não detêm legitimidade ativa para impetração de mandado de segurança coletivo que tenha por objeto a impugnação de exigência tributária relativa à majoração de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;
  - D O registro do estatuto do partido político no Tribunal Superior Eleitoral é suficiente para a aquisição de sua personalidade jurídica.
- 

6. Sobre as pessoas jurídicas e as pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- A Conforme dispõe o Código Civil, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar por ato voluntário ou involuntário do administrador, o juiz deverá nomear, de ofício, administrador provisório;
  - B O menor relativamente incapaz pode aceitar mandato, independentemente da presença de assistente;
  - C Para a aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, é indispensável a demonstração de insolvência da pessoa jurídica;
  - D Não é admitida a invalidação de negócios jurídicos praticados pela pessoa antes de sua interdição.
- 

7. Sobre o exame de corpo de delito, é incorreto afirmar:

- A a prova testemunhal pode suprir o exame de corpo de delito, quando os vestígios desaparecerem.
  - B Os exames de corpo de delito poderão ser feitos em qualquer dia e a qualquer hora.
  - C Ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado é facultada a indicação de assistente técnico.
  - D Os exames de corpo de delito serão feitos por dois peritos oficiais.
- 

8. Sobre os crimes contra o patrimônio, analise as afirmativas a seguir:

- I. No crime de furto, se o criminoso é primário, e a coisa furtada é de pequeno valor, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção.
- II. Diferenciam-se os crimes de roubo próprio e impróprio porque, nesse último, a violência pode ser empreendida contra a coisa subtraída.
- III. Comete o latrocínio o agente que, para obter a posse sobre o bem desejado, dispara contra a vítima, vindo, porém, a atingi-la e matar o coautor do delito.

Assinale:

- A se somente a afirmativa I estiver correta.
  - B se somente a afirmativa II estiver correta.
  - C se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
  - D se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- 

9. Sobre crimes contra a pessoa, assinale a opção correta:

- A A lesão corporal grave, da qual resulta incapacidade por mais de 90 dias, somente pode ser reconhecida com base nas declarações da vítima ou na confissão do réu, sem que haja necessidade de exame pericial complementar;
  - B A lesão corporal grave, da qual resulta incapacidade por mais de 30 dias, só será pode ser reconhecida com base nas declarações da vítima ou na confissão do réu, com a necessidade de exame pericial complementar;
  - C No caso do homicídio culposo, o juiz poderá conceder o perdão judicial se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária;
  - D No caso do homicídio doloso, o juiz não poderá conceder o perdão judicial se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- 

10. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A Ato complexo é o ato formado com a manifestação de vontade de um só órgão, mas que, para ter exequibilidade, necessita que outro órgão edite ato que o aprove.
  - B A revogação do ato administrativo pode ser decretada se houver vício de finalidade do ato.
  - C Embora o ato administrativo seja dotado da denominada presunção de veracidade, o Poder Judiciário pode apreciar de ofício sua validade.
  - D De acordo com a doutrina, a competência para a prática do ato administrativo decorre sempre de lei, não podendo o próprio órgão estabelecer, por si, as suas atribuições.
- 

11. No que diz respeito aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta:

- A é cabível o arrependimento posterior no crime de extorsão.
  - B a apropriação indébita admite a figura privilegiada do delito.
  - C o dano culposo constitui infração de baixo potencial ofensivo.
  - D no estelionato que incorre em prejuízo de irmão a ação penal é privada.
- 

12. Sobre a jurisdição, sob enfoque do processo civil, assinale a alternativa correta:

- A A jurisdição civil é a função estatal exercida no processo, por órgão do poder judiciário, mediante propositura de ação, visando compor um litígio não-penal e tem como finalidade a sua justa resolução;
  - B A jurisdição contenciosa é a função estatal exercida no processo, por órgão do poder judiciário, mediante propositura de ação, visando compor um litígio não-penal e tem como finalidade a sua justa resolução;
  - C Cabe ao proponente a escolha do procedimento a ser adotado no julgamento do litígio por ele ajuizado. No entanto, se a escolha for pelo procedimento de jurisdição voluntária, o qual exige acordo de vontade entre as partes, esse procedimento deve seguir até a sentença final;
  - D Ao poder judiciário, com exclusividade, é atribuída a função jurisdicional. No exercício dessa função, ao compor os conflitos, substitui a vontade das partes litigantes por uma sentença e as decisões proferidas revestem-se de caráter jurisdicional e fazem coisa julgada material.
- 

13. Acerca da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

- A a Administração Pública abrange as entidades e órgãos que exercem as funções administrativas.

- B A administração pública pode ser aceita como o aparelho de Estado organizado com a função de executar serviços
  - C Os fins da administração pública resumem-se ao objetivo de garantir o bem comum da coletividade administrada
  - D Administração Pública, em seu sentido objetivo, não se manifesta no Poder Legislativo
- 

14. Assinale a alternativa correta em relação ao exposto abaixo:

A ação fundada em direito pessoal e aquela fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. Todavia,

- A tendo o réu mais de um domicílio, será demandado no foro do domicílio do autor, por expressa disposição legal;
  - B sendo desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado no domicílio de seus ascendentes ou, na falta deles, do parente consanguíneo de grau mais próximo;
  - C quando o réu e o autor não tiverem domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio da embaixada do País em que reside o réu;
  - D havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- 

15. Sobre a confissão, é correto afirmar que:

- A A confissão judicial faz prova contra o confitente obrigando os litisconsortes.
  - B Confissão extrajudicial, feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial.
  - C A confissão espontânea não pode ser feita por mandatário com poderes especiais.
  - D Admissão de fatos relativos a direitos indisponíveis vale como confissão.
- 

16. Atuando como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos:

- A antes das partes, sendo intimado apenas dos atos decisórios do processo.
  - B antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
  - C Simultaneamente ao autor, sendo intimado de todos os atos do processo.
  - D depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- 

17. Sobre pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- A Na transformação, é extinta a personalidade anterior à alteração para o novo modelo societário.
- B Os atos dos administradores, exercidos nos limites dos poderes determinados nos atos constitutivos, obrigam a pessoa jurídica.
- C A pessoa jurídica pode ser demandada no domicílio de qualquer de seus estabelecimentos, independentemente do local onde for praticado o ato gerador de responsabilidade.

D Estará obrigada pelos atos de seus administradores, exercidos ou não no limite de seus poderes definidos no ato constitutivo.

---

18. Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

A Enquanto os direitos fundamentais são disposições declaratórias ou enunciativas dos direitos, as garantias fundamentais são disposições assecuratórias que, em defesa dos direitos, limitam o poder.

B Os direitos fundamentais têm como destinatários os brasileiros e os estrangeiros residentes, excluindo-se os estrangeiros em trânsito, que se regem apenas pelas regras de direito internacional.

C Podem ser titulares de direitos fundamentais tanto as pessoas físicas quanto as pessoas jurídicas, estando expreso na Constituição Federal de 1988 o reconhecimento de alguns direitos fundamentais fruíveis por pessoas jurídicas.

D Os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.

---

19. Sobre o estágio para estudantes de pós-graduação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:

A A estagiária gestante poderá interromper o seu estágio a partir da data do parto ou por afastamento sob exigência médica, podendo retornar às suas atividades no programa de estágio, desde que possua vínculo ativo com curso de pós-graduação;

B A estagiária gestante poderá interromper o seu estágio a partir da data do parto ou por afastamento sob exigência médica e continuará recebendo sua bolsa auxílio durante este período, desde que mantenha vínculo ativo com curso de pós-graduação;

C A duração do estágio está vinculada à duração do curso de pós-graduação do estagiário, exceto para estagiários que são PCD;

D O estágio terá duração indefinida desde que seja mantida matrícula em curso de pós-graduação, exceto para estagiários que são PCD.

---

20. Sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União, assinale alternativa incorreta:

A É garantido ao estagiário período de recesso remunerado proporcional à duração do estágio;

B É prevista a concessão de licença ao estagiário para tratar de interesses pessoais;

C Reprovações em disciplinas de curso de graduação implicam hipótese para desligamento do vínculo de estágio;

D O estagiário é constituído como membro do Ministério Público, estando, portanto, autorizado a praticar atos privativos a este grupo.

---

21. Com relação à invalidade do negócio jurídico, é INCORRETO afirmar que:

A é anulável o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente, bem como por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores, além de outros casos expressamente declarados em lei.

B considera-se nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade, dentre outras hipóteses legais.

C as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.

D a anulabilidade do negócio jurídico não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, inclusive no caso de solidariedade ou indivisibilidade.

---

22. Sobre o art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- A não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal.
  - B as penas para o crime contra a vida independem de prévia cominação legal.
  - C não há crime sem lei anterior que o defina, mas há pena sem prévia cominação legal.
  - D as penas para o crime contra a propriedade independem de prévia cominação legal.
- 

23. Sobre os crimes contra a Administração Pública, previstos no Código Penal, considere as seguintes assertivas:

I. Modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente acarreta, para o agente, as penas de detenção e multa.

II. Na advocacia administrativa, a conduta típica consiste em patrocinar interesse privado alheio perante a Administração Pública, ainda que legítimo, valendo-se da qualidade de funcionário.

III. A forma privilegiada de corrupção ativa ocorre quando o funcionário público pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional cedendo a pedido ou influência de outrem.

IV. A concussão se consuma com a simples exigência da vantagem indevida, sendo que a sua obtenção pode se concretizar no futuro e se destinar ao agente ou a terceira pessoa.

Assinale:

- A se somente as assertivas I e II estiverem corretas.
  - B se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas.
  - C se somente as assertivas I, II e IV estiverem corretas.
  - D se todas as assertivas estiverem corretas.
- 

24. “Exatamente porque o Estado reservou para si, na grade 'massa de lides', o poder-dever de pacificá-las, substituindo a justiça privada pela justiça pública, então este mesmo Estado não poderia recusar-se a julgar determinado conflito de interesses levado a juízo, sob pena de estar impedindo a pacificação das lides. (...) Isso significa que todos temos direito de ir a juízo e receber a tutela jurisdicional quando sofrermos ameaça ou lesão a nosso direito, e, ainda mais, não está autorizado o juiz a deixar de julgar alegando desconhecer o direito” (Marcelo Abelha Rodrigues. Manual de Direito Processual Civil. 4.ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2008. pp 74-75).

O trecho se refere a qual princípio do direito processual civil?

- A indeclinabilidade.
  - B substitutividade.
  - C imparcialidade.
  - D duração razoável do processo.
- 

25. A ação penal pública será promovida por:

- A queixa do ofendido.
- B representação do ofendido.

C denúncia do Ministério Público.

D requisição judicial.

---

26. O delegado de uma cidade, tomando conhecimento de que uma quadrilha de estelionatários se reunia numa determinada pensão, esperou todos saírem e promoveu a busca e a apreensão de documentos e máquinas utilizados nos golpes, acompanhado de dois agentes. Diante da situação relatada, pode-se afirmar que:

A o delegado pode, pessoalmente, realizar a busca e a apreensão.

B uma ordem judicial é o único instrumento que pode autorizar a entrada de representantes da Lei no domicílio alheio, mesmo que para realizar busca e apreensão.

C o delegado pode realizar a busca e a apreensão pessoal dos membros da quadrilha, adentrando na pensão, porém desacompanhado dos agentes.

D a prova deve ser validada pelo juiz em 30 dias, após a oitiva do Ministério Público.

---

27. Sobre os partidos políticos é correto afirmar, exceto:

A Poderão incorporar-se um ao outro por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação.

B O registro de seus estatutos no TSE somente ocorrerá após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil.

C São pessoas jurídicas de direito público.

D Os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral poderão credenciar delegados perante o Juiz Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral.

---

28. No que tange à organização político-administrativa, assinale a alternativa incorreta.

A É vedado aos Municípios criar preferências entre si ou recusar fé a documentos públicos.

B os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

C a formação de Territórios Federais se dá mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar

D É permitido à União autorizar, por meio de lei complementar, os estados, o DF e os municípios a legislar sobre questões específicas das matérias que são de sua competência legislativa privativa.

---

29. A Lei n.º 4.898/1965 regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. No tocante à sanção administrativa, a pena será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e não consistirá em:

A afastamento preventivo.

B destituição de função.

C advertência.

D repreensão.

---

**30.** Assinale a opção que apresenta uma afirmação incorreta acerca das entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta.

A As autarquias e empresas públicas são entidades pertencentes à Administração Pública Direta.

B As autarquias especiais (agências reguladoras) são entidades pertencentes à Administração Pública Indireta.

C As empresas públicas e sociedades de economia mista são entidades pertencentes à Administração Pública Indireta.

D A Administração Pública Indireta é composta por pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado.

---